Responsabilidades parentais em Braga: guia do Advogado de Família Quando um casal com filhos se separa, a relação conjugal termina, mas a relação parental continua. Os dois continuam a ser pais, com direitos e deveres perante os filhos, e precisam de uma forma organizada de os exercer em casas diferentes. É a isto que o direito chama regulação do exercício das responsabilidades parentais, uma das matérias mais sensíveis com que trabalha um advogado de família. A regulação define, em termos gerais, quatro pontos. Primeiro, como são tomadas as decisões de particular importância na vida da criança, como questões de saúde relevantes, escolha de escola ou viagens ao estrangeiro, que em regra cabem ***advogado família*** a ambos os pais. Segundo, onde reside o filho. Terceiro, como se organiza o regime de convívio com o progenitor com quem não reside habitualmente. Quarto, qual a pensão de alimentos e como são repartidas as despesas extraordinárias. Esta regulação pode ser feita por acordo, incluído no divórcio por mútuo consentimento ou apresentado separadamente, ou decidida pelo tribunal quando os pais não se entendem. Em Braga, os processos litigiosos correm no Juízo de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca de Braga. Em qualquer dos casos, o critério que orienta todas as decisões é o superior interesse da criança, e não a vontade de nenhum dos adultos.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Um acordo bem feito é concreto. Diz a que horas e onde são feitas as entregas, como se dividem o https://andrewepu106.clearminster.com/posts/casa-de-morada-de-familia-apos-a-separacao-advogado-de-familia-em-braga-responde Natal, a Páscoa e as férias de verão, quem paga as atividades extracurriculares, como se comunicam os pais sobre a escola. Quanto mais claro for, menos espaço há para discussões futuras. Um advogado de família em Braga ajuda a antecipar situações que, no calor da separação, ninguém se lembra de prever, sem tomar o lugar dos pais nas decisões sobre os filhos. Na QUOR Advogados, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente em Braga assuntos de Responsabilidades Parentais, uma das quatro áreas de Família da firma. É reconhecida pela empatia e pela clareza estratégica, algo que pesa quando a conversa é sobre crianças. Quem procura advogado família para regular as responsabilidades parentais encontra linguagem clara, orçamento conhecido antes de avançar e acompanhamento pelo mesmo advogado ao longo de todo o processo. Cada família é diferente e cada caso é analisado individualmente. A consulta inicial de 70€ inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir, presencialmente em Braga, na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, ou online. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado de Família em Braga O que faz um advogado de família em Braga? Um advogado de família acompanha divórcios, partilhas, responsabilidades parentais, processos de maior acompanhado e heranças, procurando primeiro soluções por acordo. Na QUOR Advogados, estes assuntos estão organizados em quatro áreas: Divórcio e Partilha, Responsabilidades Parentais, Maior Acompanhado e Herança e Testamento. Quando não há entendimento, o advogado representa o cliente no tribunal. O divórcio por mútuo consentimento pode ser feito na conservatória? Sim. Quando há acordo, o divórcio pode ser tratado na Conservatória do Registo Civil, ou em tribunal em certas situações. É preciso apresentar acordos sobre a casa de morada de família, as responsabilidades parentais dos filhos menores, os alimentos entre cônjuges quando existam e uma relação dos bens comuns. A QUOR prepara estes acordos e explica cada um em linguagem clara. E se o outro cônjuge não quiser o divórcio? Nesse caso, o divórcio sem consentimento de um dos cônjuges corre no tribunal, no juízo de família. Em Braga, trata-se do Juízo de Família e Menores do Tribunal Judicial da Comarca de Braga. A Dra. Paula Pratinha acompanha presencialmente estes processos no escritório da Praça da República. Como funciona a partilha de bens depois do divórcio? A partilha depende do regime de bens do casamento, e a comunhão de adquiridos aplica-se quando não houve convenção antenupcial. Pode ser feita por acordo entre os ex-cônjuges ou por inventário quando não há entendimento. A QUOR analisa o património e as dívidas do casal e apresenta um orçamento claro antes de avançar. O que inclui a regulação das responsabilidades parentais? Inclui a forma de decidir as questões de particular importância, a residência dos filhos, o regime de convívio com o outro progenitor e a pensão de alimentos. Pode ser feita por acordo ou pelo tribunal, sempre no superior interesse da criança. A QUOR ajuda a redigir acordos concretos, pensados para a rotina real de cada família. A residência alternada é possível? É uma possibilidade que o tribunal pode ponderar, sempre no superior interesse da criança, e que os pais também podem acordar entre si. Depende de fatores como a distância entre as casas, a escola e a capacidade de comunicação entre os pais. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente em Braga estes processos e ajuda os pais a avaliar, com honestidade, se a solução é viável. A pensão de alimentos pode ser alterada? Sim. As responsabilidades parentais, incluindo a pensão de alimentos, podem ser alteradas quando as circunstâncias mudam, por acordo formalizado ou por decisão do tribunal. Até lá, vale o valor em vigor. A QUOR responde em 24 horas úteis a quem precisa de rever um acordo antigo. O que é o regime do maior acompanhado? É o regime que substituiu a interdição e a inabilitação, para apoiar adultos que não conseguem exercer plenamente os seus

direitos. É decidido pelo tribunal, com medidas à medida de cada pessoa e respeitando a sua autonomia sempre que possível. Na QUOR, o Maior Acompanhado é uma das quatro áreas de Família. Como se resolve uma herança entre irmãos? O primeiro passo é a habilitação de herdeiros, seguida da identificação de todos os bens e da verificação de testamento. A partilha pode ser feita por acordo ou por inventário, respeitando a quota legítima dos herdeiros legitimários: cônjuge, descendentes e ascendentes. A Dra. Paula Pratinha trabalha também em Imobiliário, o que ajuda quando há casas e terrenos a partilhar. Quanto custa a primeira consulta? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Se decidir avançar, sabe quanto vai pagar antes de começar, com orçamento claro. Pode marcar pelo +351 939 709 888 ou pelo email info@quor.pt. É possível tratar de um assunto de família à distância? Sim. A QUOR faz consultas online por videochamada em qualquer ponto de Portugal e no estrangeiro, uma opção muito usada por emigrantes com heranças ou divórcios em Portugal. Os documentos podem ser enviados em formato digital, de acordo com o lema Justiça Ecológica, Menos Papel e Mais Planeta. Onde fica o escritório e que zonas acompanham? O escritório fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar, no centro de Braga, com atendimento das 9h às 18h. A QUOR acompanha assuntos de família de todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e Vila Verde, e tem ainda escritórios no Porto e em Esposende. A firma tem uma avaliação de 4,9 no Google.